

Telesp Celular Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

telemetria, fornece uma nova forma de tarifação, aliando a linguagem dos clientes que atuam neste mercado. Grandes frotas, trens, redes elétricas, dentre outros, já podem usufruir da qualidade e praticidade deste serviço.

ISP Vivo: provedor de acesso à Internet móvel do Grupo "Vivo" em todas as regiões onde o serviço Vivo Zap está disponível.

POS Wireless: serviço oferece às empresas de meios de pagamentos (clientes corporativos) a utilização da rede 1x para tráfego de transações de cartões de crédito/débito capturadas por POS wireless.

FI crioua uma estrutura de Filiais Nacionais para suportar os clientes corporativos que atuam ao longo dos vários Estados em que o Grupo "Vivo" está presente, unificando as ofertas, serviços e a infra-estrutura de suporte e atendimento a elas. Esta estrutura visa melhor atender às necessidades destes clientes aumentando a participação da Companhia na cadeia de valores de seus clientes, inclusive a partir de soluções de transmissão móvel de dados em banda larga exclusiva, rede CDMA 1XRTT. Por fim, em outubro, foi lançada a campanha e o posicionamento da marca "Vivo Empresas", marcando os diferenciais de cobertura e credibilidade da operação, propiciando assim, o aumento das vendas.

A "Vivo Empresas" conquistou na região da TPC resultados expressivos, como um *market share* apurado em pesquisas de 62% das linhas empresariais existentes, consolidando, com ampla liderança, sua liderança no parque de linhas corporativas cresceu 39% durante 2003, atingiu um patamar de crescimento ainda mais expressivo de 81%. Durante 2003 realizou-se a interconexão dos serviços de mensagens curtas (SMS) de todas as operadoras do Grupo "Vivo", assim como, foram ampliadas as conexões com as demais operadoras nacionais.

No escopo da unificação e padronização dos serviços oferecidos pelo Grupo "Vivo", as operadoras mudaram os nomes dos serviços que oferecem aos seus clientes e, adicionalmente, padronizaram as tarifas, acesso e características (número de mensagens, tempo de armazenamento, etc.) do serviço de caixa postal.
Planos e Campanhas

A T lançou o plano de serviço "15 minutos", exigido um baixo comprometimento mensal, somente 15 minutos em ligações locais, é usado na aquisição de novos clientes pós-pagos.

Em março e abril foram lançados planos de acesso para o serviços de banda larga, com ampla liderança, sua liderança no parque de linhas corporativas cresceu 39% durante 2003, atingiu um patamar de crescimento ainda mais expressivo de 81%. Durante 2003 realizou-se a interconexão dos serviços de mensagens curtas (SMS) de todas as operadoras do Grupo "Vivo", assim como, foram ampliadas as conexões com as demais operadoras nacionais.

Além das campanhas lançadas aos serviços da tecnologia 1XRTT, a campanha de lançamento da marca "Vivo", ocorrida de 13 a 30 de abril, possibilitou que as ligações entre clientes das diversas operadoras fossem tarifadas como ligações locais, enfatizando a presença do Grupo em quase todo o território nacional.

A Companhia promoveu uma forte política de aquisição de clientes através de agressivas promoções de massa e ações segmentadas. Na maioria das promoções procurou-se adquirir clientes pré-pagos e pós-pagos através de promoções conjuntas de estímulo ao tráfego de mensagens curtas.

No período anterior ao lançamento da marca "Vivo", foram realizadas ações de aquisição regionais com foco no oferecimento de bônus. A seguir, as promoções passaram a abranger o Grupo "Vivo". A promoção do Dia das Mães incentivou o tráfego local intrarede. A campanha do Dia dos Pais foi marcada pelo aquecimento do mercado com vendas significativamente superiores ao mesmo período de 2002, sendo oferecido bônus em ligações intra-rede, SMS e participação em um sorteio de viagem.

Outras promoções que fortaleceram os resultados do 2º semestre, como a "Fim de Semana Livre", a "Promoção Vivo Pôe 60 Minutos", e, finalmente, o grande sucesso de vendas alcançado através da "Promoção de Natal", que ficou marcada por sua inovação, pois não beneficiou apenas os novos clientes, mas também, três clientes indicados por eles dentro da base da Companhia.

Com a premissa de manter uma base sustentável de clientes, as promoções de aquisição também foram abertas aos clientes que desajassem trocar seus aparelhos. A empresa atuou fortemente na fidelização dos clientes, oferecendo descontos em aparelhos, através de ações de marketing direto, *telemarketing* ativo, envio de malas diretas ou SMS.

Para compor o seu programa de fidelização, a TPC lançou para seus clientes, pós-pagos e pessoa física, o "Vivo Vantagens", oferecendo, através da apresentação de um cartão personalizado, descontos e vantagens em estabelecimentos parceiros, que incluem academias, cursos de línguas, cursos de informática, agências de viagens, companhias aéreas, hotéis, restaurantes, lojas de roupas, etc. Também iniciou o envio de cartão, junto às contas telefônicas (*newsletter*) visando estabelecer um canal de relacionamento permanente.

Alado às ações de fidelização, após a introdução do Código de Seleção Prestadora ("CSP") nas chamadas de longa distância foram realizadas ações diretas junto aos clientes, para a readequação de seus planos de serviços.

Dentre as ações para o público pré-pago, a Companhia promoveu onze ações de incentivo à recarga por fidelização dos clientes, oferecendo descontos em aparelhos, migração dos clientes pré-pagos para planos pós-pagos.

Programas de Qualidade

Ao avaliar a percepção que os clientes tem de seus serviços, a TPC considerara alguns pontos, como infra-estrutura, terminais, desempenho nas condições ambientais, departamentos de atendimento ao cliente e sua eficiência no encaminhamento das reclamações dos clientes. Desta forma, existiram três sistemas de gestão de qualidade implantados na TC abrangendo a área de clientes, vendas e rede: "Atendimento direto e indireto ao cliente TC, em vendas" e certificado ISO 9001:2000 para "Gerenciamento dos processos de vendas e comercialização de aparelhos, acessórios, serviços e prestação de serviços para a telefonia móvel celular", e o último "Gerência de Rede, Controle Operacional, Serviços Complementares, Operação e Manutenção Capital, Litoral e Interior". Na TCO, há dois sistemas de gestão de qualidade implantados, "Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Atendimento ao Cliente" e "Comercialização, Serviços e Atendimento Pessoal ao Cliente nas Lojas Próprias". A GT obteve as certificações ISO 9001:2000 no "Sistema de Gestão de Qualidade dos Processos de Venda e Atendimento ao cliente nas lojas próprias". O sistema de gestão de qualidade, baseado no referencial normativo ISO 9001:2000, inclui mudanças fundamentais como a intensificação do foco no atendimento ao cliente, busca sistemática de qualidade de produto, a exigência de medidas e resultados mais transparentes e a busca contínua da melhoria. Em função disso, em 2003 foram realizadas, em paralelo à manutenção das certificações existentes, uma série de projetos voltados para a estruturação do processo organizacional e a preparação da certificação ISO 9001:2000 do Grupo "Vivo" em 2004.

Canais de Distribuição

A Companhia possui atualmente 156 lojas próprias e quiosques. Além disso, possui uma eficiente rede de credenciados, exclusivos ou não, com cerca de 4.060 pontos de atendimento, capazes de comercializar serviços e aparelhos. As recargas dos créditos das operadoras estão disponíveis em mais de 66.468 pontos de recarga, incluindo lojas próprias, agentes credenciados, distribuidores de cartões físicos de recarga e distribuidores virtuais, tais como pequenos lojistas, casas lotéricas, farmácias, bancas de jornais, livrarias, padarias, postos de gasolina, bares e restaurantes. Recargas eletrônicas também podem ser feitas pelos correntistas em agências dos Bancos HSBC, Itaú, Bradesco, Banesa, Unibanco, Noisa Caixa, Citibank e Banco do Brasil.

Emprego e Retorno

Em março e em outubro de 2003, a tecnologia 1XRTT foi lançada na GT e na TCO, respectivamente, fazendo com que, em 31 de dezembro de 2003, a cobertura desta tecnologia na TPC atingisse 43 sedes municipais, sendo 22 municípios no estado de São Paulo (10 municípios da área metropolitana da cidade de São Paulo e 12 outros municípios do Estado), como Santos, Guarujá, Cubatão, Campinas, Campos do Jordão, Jundiaí, etc., através da operadora TC; 4 municípios no Paraná, atendendo à área metropolitana de Curitiba, São José do Pinhal, Pinháis e Araucária, através da GT; e mais 17 municípios dentro da área de cobertura da TCO, como Distrito Federal, Goiânia, Caldas Novas, Anápolis, Rio Quente e Pirineópolis. Em 31 de dezembro de 2003, a rede de telefonia celular da TPC, que opera na tecnologia analógica e nas tecnologias digitais TDMA, CDMA e 1XRTT, cobria 46,7% dos municípios, ou 85,9% da população de sua área de cobertura. A rede da Companhia inclui (1) 41 centros de comutação, sendo 39 digitais (23 CDMA e 06 CDMA 1XRTT, 4 CDMA 1XRTT e 12 TDMA), 34 duais (24 AMPS/CDMA e 10 AMPS/TDMA) e 8 centrais analógicas; (II) 4.740 sites de rádio (164.454 com qualia 1.309 duais (665 AMPS/CDMA e 644 AMPS/TDMA) e 6.269 digitais (2.413 CDMA e/ou CDMA 1XRTT e 216 TDMA) e 802 são analógicas; e (III) 137 outros equipamentos, como plataformas de correio de voz, plataformas do serviço pré-pago, plataformas de mensagens curtas (SMS), plataformas de registro de clientes (HLR), gateways, etc.

3 - Aspectos Regulatórios

As operadoras de telecomunicações celulares no Brasil, que optaram pela migração para o Serviço Móvel Pessoal (SMP), tiveram, em 06 de Julho de 2003, que implementar Códigos de Seleção de Prestadora (CSP) para chamadas de longa distância, utilizados por clientes para escolher sua respectiva prestadora para serviços de chamadas de longa distância domésticas (V2 ou V3) e chamadas internacionais. A Companhia não dispõe mais de receitas de chamadas V2 ou V3 e atualmente obtém receitas de interconexão, pelo uso de sua rede para completar essas chamadas. Além disso, de acordo com os regulamentos da Anatel, foram adotadas regras do tipo "Bill & Keep" para cobrança de interconexão. As regras estabelecem que companhias, atuando através do sistema SMP, não estão obrigadas a pagar tarifas pelo uso da rede, ficando chamadas na mesma área de registro) e desde que exista um equilíbrio de tráfego entre elas. Contudo, quando o tráfego da prestadora de SMP que origina a chamada para a prestadora de SMP que completa a chamada, representa mais de 55% do tráfego local entre as duas prestadoras, a prestadora de SMP que origina o tráfego maior está obrigada a pagar à outra prestadora a tarifa de uso local pela parte correspondente ao tráfego que excede os 55%.

4 - Comentário sobre a Conjuntura Econômica

O ano de 2003 foi um ano de ajustes e estabilização da economia. Com uma política monetária bastante restritiva, caracterizada por aumentos sucessivos da taxa básica de juros durante o primeiro semestre (Taxa SELIC) e aumento do superávit primário, o governo focou reduzir os juros básicos, sendo que estes encerraram o ano no seu menor patamar, 16,5%. O controle da inflação foi evidenciado no segundo trimestre e perdurou até o final do ano, embora o IPCA tenha encerrado 2003 em 9,3%, ou seja, levemente acima da meta de 8,5%. A rigida política monetária teve consequências negativas nos indicadores econômicos do nível de atividade. O nível de desemprego aumentou, houve retração da demanda interna e estima-se que o PIB tenha crescido apenas 0,2% (segundo estimativas do IPEA). Apesar do fraco desempenho da atividade econômica, o mercado brasileiro de telefonia celular teve um crescimento bastante significativo. A quantidade de clientes aumentou 29,2% em 2003, contra 21% em 2002 (ano em que o PIB cresceu 1,5%).

O Mercado Celular no Mundo

O mercado mundial de Telefonia Celular tem apresentado índices de crescimento bastante elevados, mesmo se comparados a outras indústrias do setor tecnológico. O parque total mundial cresceu a taxa próxima a 18% nos últimos 2 anos, passando de 904 milhões de usuários em 2001 para 1.072 milhões em 2002. Para 2003 estima-se um parque total da ordem de 1.268 milhões. O ganho líquido de mercado em 2003 é estimado em 196 milhões de clientes, sendo que o terceiro e o quarto trimestres do ano respondem por 54,6% deste ganho.

O índice de penetração mundial, que em 2001 era de 20%, fechou o ano de 2003 em 27%, com destaque para o crescimento do Atendimento ao Cliente ("C" e "GT") em países como China, Filipinas, Índia, Indonésia, Rússia e no sul da África. Estes países caracteriz por baixos índices de penetração, alta concentração de renda e acirramento das condições de competição. O ano de 2003 foi marcado pela consolidação dos serviços de dados, oferecidos sobre plataformas GSM e GSM e pelo fraco desempenho dos serviços de terceira geração, que só tiveram sucesso em países asiáticos. A participação de dados no ARPU tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos: em 1999, os resultados mundiais apontavam para uma participação de apenas 2%, atualmente esta participação já está em 10% (3 Trimestre de 2003).

China, EUA e Japão são os maiores mercados de celular em termos absolutos, representando 40% do número total de usuários globais. O Brasil fica classificado em sétima posição neste quesito, apesar de seu baixo índice de penetração. O desempenho operacional global tem apresentado melhorias significativas desde 2000, com destaque para o crescimento da EBITDA em 28%. As operadoras globais conseguiram melhorar sua eficiência em 13pp, fechando o terceiro trimestre de 2003 com margem

global de 41% (segundo informações da Merrill Lynch).

O Mercado celular no Brasil

O mercado brasileiro de telecomunicações móveis, que em 1999 era composto de 15.03 milhões de clientes, tem apresentado altos índices de crescimento nos últimos anos, com destaque para os anos de 2002 e 2003. Em 2003, o mercado terminou o ano com aproximadamente 46,4 milhões de clientes, dos quais o Grupo "Vivo" é responsável por aproximadamente 45%.

O crescimento do índice de penetração, que em 2003 foi de 5,3 pp, não havia apresentado tamanho crescimento desde 1999, quando o mesmo foi de 5pp. Este crescimento pode ser atribuído ao acirramento do ambiente competitivo, redução da barreira de entrada e do forte esforço comercial liderado por bonificações de minutos e serviços de dados.

A consolidação de importantes *players* como Vivo, Claro, Oi e TIM também foi fator chave para aumento das taxas de crescimento e aumento do índice de penetração.

A receita de transmissão de dados como percentual do ARPU representava 0,3% em 1999, passando a representar aproximadamente 2,3% em 2003. Da mesma forma que já aconteceu em mercados mais desenvolvidos, como Europa e alguns países da Ásia, espera-se que a adoção dos serviços de dados continue a crescer de forma significativa no decorrer de 2004. Este crescimento poderá ser impulsionado pela diversidade de soluções a aplicações de serviços proporcionados pelo acesso a dados no celular. Em 2003, o número de linhas celulares ultrapassou o de linhas fixas, que nos últimos anos desacelerou o seu índice de crescimento. Percebe-se que cada vez mais o celular amplia sua participação no mercado de telecomunicações no segmento de voz. Em 2003 o mercado celular brasileiro superou as expectativas de crescimento, mesmo quando considerado o baixo crescimento do PIB e a alta desigualdade sócio-econômica. Portanto, espera-se que o país deverá continuar a apresentar crescimento significativo no mercado celular, avançando também pela gradual redução de tarifas e preços de aparelhos. Além disso, 4 grandes desenvolvimento do setor de serviços a livre negociação de tarifas também servirá de suporte para tal crescimento.

5 - Desempenho Econômico e Financeiro

Em R\$ milhões	2003	2002	Var.(%)
Receita operacional líquida	6.046,4	3.415,0	77,1
EBITDA	2.275,4	1.451,0	56,8
Prejuízo do Exercício	(640,2)	(1.140,8)	43,9
Ativos Totais	13.473,3	9.654,4	39,6
Patrimônio Líquido	3.393,2	4.010,0	-15,4
Endividamento	6.279,2	4.162,0	40,8

Receita Operacional

A receita operacional líquida da TPC aumentou em 77,1%, atingindo R\$ 6.046,4 milhões em 2003 em comparação com R\$ 3.415,0 milhões em 2002, principalmente devido à consolidação de R\$ 664,4 milhões em receitas operacionais líquidas atribuíveis à Global Telecom S.A. e a consolidação de R\$ 1.388,8 milhões em receitas operacionais líquidas atribuíveis à TCO para os meses de maio a dezembro de 2003. A receita operacional líquida da Telesp Celular aumentou em 16,9%, chegando a R\$ 3.993,2 milhões em 2003, em comparação com R\$ 3.415,0 em 2002, principalmente devido a um aumento nas receitas de vendas de mercadorias, receitas de interconexão e outros serviços, em função do aumento de 16,7% da base média de clientes.

A receita líquida de serviços aumentou 70,8% atingindo R\$ 5.023,8 milhões em 2003 em comparação com R\$ 2.944,6 milhões em 2002. A receita operacional líquida de R\$ 520,3 milhões da receita líquida de serviços da Global Telecom e a consolidação de R\$ 1.139,9 milhões da receita líquida de serviços da TCO relativa aos meses de maio a dezembro de 2003. A receita líquida de serviços da TC aumentou 14,2% atingindo R\$ 3.363,6 milhões em 2003 em comparação com R\$ 2.944,6 milhões. Esse aumento foi parcialmente reduzido por uma mudança nas práticas contábeis relativas a serviços pré-pagos. Antes de 1º de Janeiro de 2003, as receitas de serviços pré-pagos eram reconhecidas em regime de caixa, e os créditos relacionados eram estimados e provisionados com base em vendas brutas anteriores. Em 1º de Janeiro de 2003, a Telesp Celular começou a diferir receitas de serviços pré-pagos e a amortizar essas receitas com base no tempo de utilização de canal pelo cliente, acreditando que essa nova prática contábil refletia melhor o desempenho operacional da operadora. Essa mudança nas práticas contábeis teve um impacto negativo de R\$ 62 milhões no resultado de 2003. Apesar do aumento do tráfego, a partir de julho esta receita passou a sofrer o impacto de novas regras relativas ao envio de Seleção de Prestadora para chamadas de longa distância e *Bill & Keep*, descritos anteriormente.

As receitas de vendas de mercadorias aumentaram em 117,4%, totalizando R\$ 1.022,6 milhões em 2003, em comparação com R\$ 470,4 milhões em 2002. Esse aumento se deve principalmente a um crescimento de 33,9% nas receitas de vendas de mercadorias da GT que chegou a R\$ 629,7 milhões em 2003, em comparação com R\$ 470,4 milhões em 2002, às receitas de vendas de mercadorias no montante de R\$ 144,1 milhões atribuíveis à consolidação da Global Telecom e às receitas de vendas de mercadorias no valor de R\$ 248,8 milhões atribuíveis à consolidação da TCO para os meses de maio a dezembro de 2003.

EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 2.275,4 milhões, ou o equivalente a 37,6% da receita líquida, incluindo aparelhos. As sinergias apuradas, um controle restrito de custos, o aumento da receita operacional líquida e a consolidação dos dez meses da GT e dos oito meses da TCO proporcionaram uma expansão de 56,8% no EBITDA quando comparado a 2002.

O EBITDA é calculado como segue:

RS mil

Resultado operacional	(173.011)
(-)Resultado Financeiro	-(1.227.633)
(-) Depreciação e Amortização	-(1.220.731)
	2.275.353

Prejuízo do Exercício

A consolidação da TCO e a melhoria do resultado operacional causou uma diminuição no prejuízo líquido de 43,9%, passando de R\$ 1.140,8 milhões em 2002 para R\$ 640,2 milhões em 2003.

Investimentos em controladas

a. Participações nas controladas

Investidas	Ordinárias	Preferenciais	Total da Participação
Telesp Celular S.A.	100%	-	100%
Global Telecom S.A.	-	100%	100%
Tele Centro Oeste Participações S.A.	90,73%	-	29,31%

Para efeito de cálculo da participação na "TCO", é considerado o capital social deduzido das ações em tesouraria.

b. Quantidade de ações possuídas

	(Em milhares)		Total de Ações
	Ações ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
Telesp Celular S.A.	83.155.768	-	83.155.768
Global Telecom S.A.	3.810	7.621	11.431
Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.	109.462.233	-	109.462.233

c. Informações das Controladas

		Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
		findo em	findo em
	Patrimônio líquido em 31.12.02	em 31.12.03	em 31.12.02
Investidas	em 31.12.02	em 31.12.03	em 31.12.02
Telesp Celular S.A.	3.417.322	3.274.152	495.172
Global Telecom S.A.	988.686	911.935	(436.200)
Globaltelecom	-	397.526	(250.491)
Tele Centro Oeste Participações S.A.	-	74.455	(121.316)
GTPS	-	29.839	(67.340)
"TCO"	1.556.086	-	463.408

d. Composição e movimentação

Os investimentos da controladora referem-se à participação no capital da TC, "GT" e "TPO", agro e adiantamento para futuro aumento de capital, provisão para perdas em investimentos e outros investimentos em controle demonstrado abaixo:

	Controladora	Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03
Investimentos em controladas	4.647.772	4.111.464	-
Ágio na aquisição de investimentos líquido	2.638.076	875.830	2.740.632
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.436	595.474	-
Provisão para perdas em investimentos (a)	(449.615)	(449.615)	(449.615)
Outros investimentos	103	69	294
Saldo do investimento	6.861.772	5.133.222	2.291.311
(a) Em 31 de dezembro de 2002 e 2001, em decorrência das prejuízos acumulados pela GT e seu endividamento, foram constituídas provisões para perda no investimento no montante total de R\$448.615.			722.762

A movimentação dos investimentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 é como segue:

	Controladora	31.12.02	
	31.12.03	31.12.02	Provisão para passivo a descoberto
Investi-	Investi-	Investi-	Investi-
mento-	mento-	mento-	mento-
berto	berto	berto	berto

Saldo do investimento, 5.133.222

Equipamento	135.455	-	3.761.150	(582.860)
Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos	(415.670)	-	250.491	(890.706)
Ágio na aquisição de investimentos	1.656.127	-	(159.992)	-
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	(95.071)	-	290.282	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.436	-	319.393	-
Investimento em controladas	395.782	-	837.312	1.473.566
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos na controlada	4.494	-	5.397	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(170.846)	-
Aumento de outros investimentos na controlada	34	-	35	-
Incorporação Holdings	22.083	-	-	-
Saldo final do investimento	(120)	-	-	-

(a) Em 2002, a equivalência patrimonial refere-se a 100% do resultado da "TC" e "GT". Em 2003, a equivalência patrimonial refere-se a 100% do resultado da "TC" e "GT", 20,69% do resultado da "TCO" de maio a outubro de 2003 e 29,61% do resultado da "TCO" de novembro a dezembro de 2003.

O ágio quando da aquisição da "GT", no montante de R\$1.077.022, será amortizado em 10 anos tomando por base a expectativa de lucratividade futura a partir do início da geração de resultados positivos, previsto para 2005.

A "TC" possui investimentos nas empresas Telesp Celular Internacional Ltd. e Telesp Celular Overseas, estabelecidas no exterior, para obtenção e repasse de fundos através de empréstimos internacionais. O ágio pago na aquisição da "TCO" totalizouR\$1.656.127, sendo que R\$1.478.458 foi atribuído à lucratividade futura e será amortizado em 10 anos. O saldo remanescente foi atribuído à mais valia do imobilizado e das licenças de operação e será amortizado pela vida útil remanescente destes bens.

6 - Empréstimos e Financiamentos

No comparativo 2003 com 2002 houve um aumento da despesa financeira líquida de R\$ 419,2 milhões devido ao aumento da dívida, das altas taxas de juros praticadas nos primeiros seis meses do ano. A valorização cambial também impactou no resultado das operações de hedge. A consolidação da TCO e da GT adicionou R\$ 354,4 milhões à despesa financeira líquida. A consolidação do exercício de 2003 com dívida de R\$ 6.279,2 enquanto no final de 2002 era R\$ 4.460,8 milhões. O aumento da dívida deveu-se principalmente à aquisição da TCO em abril de 2003. Os recursos captados durante 2003 são parte denominados em real e parte denominada em moeda estrangeira e a dívida bruta total é 77,2% denominada em moeda estrangeira. O endividamento registrado em 31 de Dezembro de 2003 era compensado pelos recursos disponíveis em caixa e aplicações financeiras (RS 1.158,8 milhões) e pelos ativos e passivos de derivativos (RS 1.002,8 milhões de ativos líquidos), resultando numa dívida líquida de R\$ 4.117,6 milhões. A Companhia está envolvida em constantes esforços no sentido de tomar as medidas cabíveis, segundo a conjuntura do mercado, para proteger a dívida dos efeitos de eventuais desvalorizações cambiais, alongar o perfil de sua dívida e melhorar sua estrutura de capital.

7 - Investimentos

A Empresa continuou seu programa de expansão de novos serviços e da rede na tecnologia 2,5G e otimização da planta, investindo um total de R\$ 708,6 milhões. Para 2004 estão previstos investimentos destinados a nova expansão da rede, introdução de produtos e serviços que agreguem facilidades aos clientes e maximizem o uso da telefonia celular, além de constante melhoria da qualidade dos serviços



prestados.

8 - Mercado de Capitais

As ações da TPC começaram a ser negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA em 21 de setembro de 1998 e os recibos ADRs (*American Depositary Receipts*) começaram a ser negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) a partir de 16 de Novembro de 1998.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo - Ibovespa encerrou o ano cotado a 22.236 pontos. Durante o ano de 2003, o Ibovespa subiu 97,3%, enquanto que o Dow Jones Industrial Average (DJA) subiu 25.325 pontos.

O volume médio diário negociado na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA em 2003, foi de R\$ 818,3 milhões, um aumento de 46,6% em relação a 2002.

Em 2003, a negociação das ações TPC teve uma média diária de R\$ 191,6 milhões nas negociações das ações ON e R\$ 18.992,9 milhões nas negociações das PN na Bolsa de Valores de São Paulo. Na NYSE, os ADRs encerraram o ano negociados a US\$ 11,44 com o volume total de 99.925.597 ADRs outstanding. Durante 2003, foram negociados 191,8 milhões ADRs, representando um montante médio de US\$ 3.250,7 mil.

Os valores de mercado das ações ordinárias nominativas - ON e das ações preferências nominativas - PN atingiram, respectivamente, R\$ 4,86 e R\$ 6,62 no pregão de 30.12.2003, por lote de mil ações.

Por mil ações	2003	2002
Prejuízo (RS)	(0,5464)	(2,4887)</



Telesp Celular Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02		31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Circulante					Circulante				
Disponibilidades	564	477	1.158.849	17.803	Pessoal, encargos e benefícios sociais	725	490	69.065	37.436
Contas a receber, líquidas	-	-	1.212.474	542.476	Fornecedores e contas a pagar	12.942	16.332	1.254.990	546.438
Créditos com empresas do grupo	45.899	150.519	22.308	16.256	Impostos, taxas e contribuições	644	3.338	254.378	141.720
Estoques	-	-	157.296	147.670	Empréstimos e financiamentos	2.999.963	698.563	3.993.316	2.068.070
Tributos diferidos e a recuperar	2.598	127.704	595.745	398.768	Juros sobre o capital próprio e dividendos	4.595	5.877	107.322	9.570
Despesas antecipadas	3.186	-	92.689	55.422	Provisão para contingências	51.082	-	126.145	36.590
Operações com derivativos	562.123	13.007	912.612	15.870	Operações com derivativos	166.564	20.623	322.854	83.183
Outros ativos	239	129	82.155	3.904	Obrigações com empresas do grupo	22.841	27.904	27.817	27.904
	614.609	291.836	4.234.128	1.198.169	Receitas diferidas	-	-	110.158	4.410
					Outras obrigações	-	-	27.561	67.499
						3.259.356	773.127	6.293.606	3.022.820
Realizável a longo prazo					Exigível a longo prazo				
Contas a receber, líquidas	-	-	-	11.867	Empréstimos e financiamentos	1.466.208	1.539.886	2.285.876	2.392.731
Créditos com empresas do grupo	470.558	442.005	-	-	Provisão para contingências	-	-	153.482	100.275
Tributos diferidos e a recuperar	207.604	419	893.632	914.833	Impostos, taxas e contribuições	-	-	182.813	118.720
Operações com derivativos	9.224	531.232	452.677	1.738.242	Obrigações com empresas do grupo	15.555	76.497	-	-
Despesas antecipadas	1.815	-	24.338	11.191	Provisão para fundo de pensão	-	-	3.187	1.750
Outros ativos	1.946	-	74.426	4.427	Operações com derivativos	33.992	-	39.659	7.929
	691.147	973.656	1.445.073	2.680.560	Outras obrigações	-	-	153	159
						1.515.755	1.616.383	2.665.563	2.621.455
Permanente					Minoritários				
Investimentos	6.861.772	5.133.222	2.291.311	722.762	Patrimônio líquido				
Imobilizado, líquido	897	906	5.234.280	4.770.670	Capital social	4.373.661	4.373.661	4.373.661	4.373.661
Diferido, líquido	-	-	268.522	282.224	Reservas de capital	1.089.879	1.067.796	1.089.879	1.067.796
	6.862.669	5.134.128	7.794.113	5.775.656	Prejuízos acumulados	(2.070.379)	(1.431.500)	(2.070.379)	(1.431.500)
						3.393.161	4.009.957	3.393.161	4.009.957
						153	153	279	159
Total do ativo	8.168.425	6.399.620	13.473.314	9.654.385	Recursos capitalizáveis				
					Total do passivo	8.168.425	6.399.620	13.473.314	9.654.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social Realizado	Especial de Ágio		
Saldos em 31 de dezembro de 2001	1.873.347	99.710	(295.454)	2.742.647
- Integralização de recursos em espécie	2.403.356	-	-	2.403.356
- Transfêrencia de reserva especial de ágio	96.958	-	-	96.958
Dividendos prescritos - 1998	-	-	4.715	4.715
Prejuízo do exercício	-	-	(1.140.761)	(1.140.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	4.373.661	99.710	(1.431.500)	4.009.957
Dividendos prescritos - 2002	-	-	1.355	1.355
Ajuste de alíquota de IR e CS sobre reserva especial de ágio	-	22.083	-	22.083
Prejuízo do exercício	-	-	(640.234)	(640.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2003	4.373.661	990.169	(2.070.379)	3.393.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Telesp Celular Participações S.A. ("TCP" ou "Sociedade") é uma sociedade de capital aberto que em 31 de dezembro de 2003 tem como controladora a Brasilcel N.V. (57,26% do capital total) e Portelcom Participações S.A. (7,86% do capital total) que é controlada pela Brasilcel N.V. (100,00% do capital total). A Brasilcel N.V. é controlada pela Telefônica Móveis, S.A. (50,00% do capital total), pela PT Móveis, Serviços de Telecomunicações, SGPS, S.A. (49,999% do capital total), e pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. (0,001% do capital total).

A Sociedade é controladora integral das operadoras Telesp Celular S.A. ("TC") e Global Telecom S.A. ("GT") (desde 27 de dezembro de 2002), as quais exploram serviços de telefonia móvel celular nos estados de São Paulo e Paraná e Santa Catarina, respectivamente, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade com concessões e autorizações que lhes foram outorgadas.

A Sociedade também é controladora da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. ("TCO"), que por sua vez é a controladora das seguintes operadoras:

Operadora	% de participação	Área de operação	Prazo da concessão/autorização
Telecelular S.A.	97,14	Góias e Tocantins	29.10.08
Telemat Celular S.A.	97,83	Mato Grosso	30.03.09
Telem Celular S.A.	98,54	Mato Grosso do Sul	28.09.09
Teleron Celular S.A.	97,23	Rorondônia	21.07.09
Telecar Celular S.A.	98,35	Acre	15.07.09
Norte Brasil Telecom S.A. (NBT)	100,00	Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	29.11.13

Além destas empresas, a "TCO" é controladora da TCO IP S.A. que explora serviços de telecomunicações, serviços de acesso à internet, desenvolvimento de soluções e outros. Os negócios das sociedades controladas, incluindo os serviços que podem prover, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, autoridade reguladora de telecomunicações, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos.

Migração do SMC ao SMP

Em 10 de dezembro de 2002 e 03 de fevereiro de 2003, foram assinados os Termos de Autorização do Serviço Móvel Pessoal - "SMP" entre a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e as controladas "TC", "GT" e "TCO" e suas controladas, sendo os mesmos efetivos a partir das publicações no Diário Oficial da União, ocorridas em 12 de dezembro de 2002 e 05 de fevereiro de 2003.

As autorizações concedidas às controladas "TC" e "GT" têm vigência pelo prazo remanescente das concessões anteriormente outorgadas e ora substituídas, com vencimento em 05 de agosto de 2008 e 08 de abril de 2013, respectivamente, e são posteriormente renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, sendo essas prorrogações a título oneroso.

As autorizações concedidas à "TCO" e suas controladas têm vigência pelo prazo remanescente das concessões anteriormente outorgadas e ora substituídas e são posteriormente renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, sendo essas prorrogações a título oneroso. A concessão anteriormente outorgada da "TCO" vence em 24 de julho de 2006, vide prazos de vencimento das concessões das controladas da "TCO" no quadro acima.

Em 06 de julho de 2003, as operadoras passaram a implementar o Código de Seleção do Prestador (CSP) com o qual o cliente passa a escolher a prestadora de serviço de longa distância (VC2 e VC3) e internacional, seguindo regras do SMP. As operadoras deixam de receber as receitas de VC2 e VC3 e passam a receber receita de interconexão pelo uso de suas redes nessas ligações.

Aquisição de Participações - "TCO"

Em 25 de abril de 2003 foi efetivada a transferência do controle acionário da "TCO", nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações. A "TCP" passou a deter nesta data 64,03% do capital votante e 20,69% do capital total. O preço das Ações de Controlado, acrescido das remunerações previstas no Contrato Definitivo, foi de aproximadamente R\$ 1.506 milhões, correspondente a R\$ 19.487.19845 por lote de mil ações ordinárias, do qual a quantia de aproximadamente R\$ 1.356 milhões foi paga aos vendedores e o saldo remanescente será pago parceladamente nos termos e condições do Contrato Definitivo.

Em 30 de setembro de 2003, foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a aquisição de ações ordinárias da "TCO" (OPA), cujo processo foi concluído em 18 de novembro de 2003 e resultou na aquisição de 28,70% do capital votante da "TCO" (8,82% do capital total), tendo sido pago o montante de R\$ 538,8 milhões.

Com esta aquisição, a "TCP" passou a deter 90,73% do capital votante da "TCO" (29,31% do capital total).

Incorporação das Holdings da "GT"

Em 27 de dezembro de 2002, a Sociedade adquiriu os remanescentes 51% das ações ordinárias (17% do capital total) das "Holdings" Daini do Brasil S.A. (Daini), Globaltelcom Telecomunicações S.A. (Globaltelcom) e GTPS S.A. Participações em Investimentos de Telecomunicações (GTPS) que detinham conjuntamente o controle acionário da Global Telecom S.A.

Em 31 de março de 2003, a Sociedade, visando minimizar os custos administrativos e financeiros efetivou a incorporação dessas holdings na sua investida, cujo ativo líquido incorporado montou em R\$ 276 milhões. Com esta operação, a Sociedade passou a deter o controle direto da operadora Global Telecom S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Em 31 de dezembro de 2003, os saldos e transações das controladas "TC", "GT" (que passou a ser controlada a partir de 27 de dezembro de 2002), da "TCO" (que passou a ser controlada a partir de 25 de abril de 2003) e das controladas indiretas Telesp Celular Internacional Ltd. e Telesp Celular Overseas. O resultado da "TCO" para este exercício compreende somente os meses de maio a dezembro de 2003.
- Em 31 de dezembro de 2002, os saldos e transações das controladas "TC" e das controladas indiretas Telesp Celular Internacional Ltd. e Telesp Celular Overseas. O resultado da "GT" para este exercício está refletido na demonstração de resultado pelo método de equivalência patrimonial.

Nas consolidações, todos os saldos e transações entre as sociedades acima foram eliminados. As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2002 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. **Disponibilidades**

Representam os saldos existentes em caixa e bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. **Contas a Receber**

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas à venda de aparelhos celulares e acessórios.

c. **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

É constituída provisão para os créditos cujas chances de recuperação são consideradas remotas.

d. **Conversão das Transações em Moeda Estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado.

A variação cambial e os prêmios dos contratos de derivativos são apurados e contabilizados mensalmente, independente dos prazos para liquidação.

e. **Estoques**

São representados pelos aparelhos celulares e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para ajuste a valor de realização sobre os custos daqueles aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores aquelas usualmente comercializadas pelas controladas em um período razoável de tempo.

f. **Despesas Antecipadas**

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

g. **Outros Ativos**

O subsídio praticado nas vendas de terminais aos agentes credenciados, passou a ser diferido no exercício de 2003, sendo reconhecido no resultado à medida que as habilitações destes terminais acontecem, gerando um efeito positivo no resultado do período de aproximadamente R\$ 15 milhões, líquido dos impostos.

h. **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas indiretas sediadas no exterior estão atualizadas pela taxa de câmbio na data do encerramento do balanço patrimonial. As práticas contábeis das controladas diretas e indiretas são consistentes com as adotadas pela controladora.

i. **Imobilizado**

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos. As despesas financeiras sobre empréstimos que estão financiando obras em andamento são apropriadas ao custo das mesmas.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício.

j. **Diferido**

Gastos pré-operacionais foram registrados ao custo de formação da "GT", "NBT" e "TCO IP", amortizados pelo método linear no prazo de dez anos ("GT e NBT") e cinco anos ("TCO IP").

O ágio apurado na aquisição da Ceterp Celular S.A. pela "TC" em 27 de novembro de 2000 que está sendo amortizado pelo prazo de dez anos.

Foram registrados como ativo diferido os valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos.

k. **Imposto de Renda e Contribuição Social**

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis às diferenças temporais, aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são registrados pelas controladas "TC" e "TCO" no ativo, no pressuposto de sua realização futura.

l. **Empréstimos e Financiamentos**

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial e juros incorridos até a data do balanço.

m. **Taxa FISTEL**

O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, gerada mensalmente ao longo do ano, é diferido e amortizado durante o período estimado de fidelização dos clientes equivalente a 24 meses.

n. **Provisão para Contingências**

São determinadas com base em opiniões de assessores legais e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e estão atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

o. **Provisão para Fundo de Pensão**

Os passivos atuariais estão calculados com base no método de crédito unitário projetado, e os ativos dos planos estão apresentados pelo valor justo de mercado. Os ganhos e perdas atuariais foram registrados imediatamente no resultado do exercício (Nota 28).

p. **Reconhecimento das Receitas**

A receita dos serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. A receita não faturada da data do último faturamento até o final do mês é reconhecida como receita no mês em que o serviço é prestado. As receitas referentes às vendas dos créditos de recarga de telefones celulares pré-pagos são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que estes sejam efetivamente utilizados, exceto em 2002 que foram reconhecidas quando da venda dos créditos. O efeito desta alteração teve um impacto negativo no resultado deste exercício de aproximadamente R\$ 62 milhões.

q. **Receitas e Despesas Financeiras**

Representam Juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos ou concedidos. Estão incluídos ganhos e perdas cambiais em contratos futuros de opção e de "swap".

r. **Derivativos**

A "TCP" e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de administrar sua exposição à flutuação das taxas de juro e taxas de câmbio referentes a seu fluxo de caixa em moeda estrangeira. Esses derivativos são registrados às taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial e os prêmios pagos ou recebidos antecipadamente são diferidos para amortização no período de vigência dos respectivos contratos. Os ganhos e perdas, realizados ou não, calculados exclusivamente com base nas condições contratadas, são registrados como despesas ou receitas financeiras.

s. **Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados**

São feitas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos lucros e resultados.

t. **Uso de Estimativa**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

u. **Prejuízo por Mil Ações**

Está calculado com base no número de ações em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.

4. **DISPONIBILIDADES**

Caixa e bancos

Aplicações financeiras

Total

As aplicações referem-se, na sua maioria, a operações de renda fixa, indexadas à variação do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

Valores a receber de serviços a faturar

Valores a receber de serviços faturados

Valores a receber de interconexão

Valores a receber de mercadorias vendidas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Circulante

Longo prazo

Em 31 de dezembro de 2002, as contas a receber de longo prazo referiam-se a valores a faturar relativa a venda de aparelhos "Peg&Fale". Estes recebíveis eram realizados mediante carregamento efetuado pelos clientes do serviço "Peg&Fale" e eram registrados líquidos da provisão para devedores duvidosos, constituída com base no histórico de carregamentos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo no início do ano

Complemento de provisão no exercício

Consolidação inicial da Global Telecom S.A.

Consolidação inicial Tele Centro Oeste Celular Participações S.A.

Baixas do exercício



Telesp Celular Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS de 31 de dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

11. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.12.03		31.12.02		
Taxa anual %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	
Equipamentos de transmissão	4 a 20	4.007.341	(2.328.027)	1.679.314	1.596.833
Equipamentos de comunicação	10 a 16,67	1.548.860	(753.871)	794.989	717.369
Infra-estrutura	2,86 a 20	1.227.225	(438.993)	788.232	740.053
Terrenos	-	47.937	-	47.937	39.851
Direito de uso de software	20	1.005.943	(457.785)	548.158	511.818
Prédios	2,86 a 4	165.928	(29.863)	136.065	110.133
Equipamentos terminais	50 a 66,67	200.982	(133.155)	67.827	54.510
Licença de concessão	6,67	976.476	(368.586)	607.890	625.913
Outros ativos	4 a 20	328.359	(170.095)	158.264	167.277
Reposit. instalações em andamento	-	405.604	-	405.604	290.913
Total	-	9.914.655	(4.680.375)	5.234.280	4.770.670

A partir de 01 de janeiro de 2003, a vida útil dos equipamentos terminais foi reduzida para 18 meses, visando uma melhor adequação à realidade das operações, sendo que o efeito desta redução em 2003 representou um incremento na despesa de depreciação no montante de R\$ 34.854, comparado ao exercício anterior. Em 2003, foram capitalizadas despesas financeiras incorridas sobre empréstimos, que estão financiando as obras em andamento no montante de R\$ 1.655.180.331 em 31 de dezembro de 2002.

12. DIFERIDO

	Consolidado		
	Taxa anual de amortização - %	31.12.03	31.12.02
Despesas pré-operacionais:			
Amortização da licença	10	80.496	80.496
Despesas financeiras	10	201.131	184.430
Despesas gerais e administrativas	10	71.624	43.633
Agio - Ceterp Celular S.A.	10	84.265	84.265
Fundo de comércio	-	12.109	10.460
Total	-	449.625	403.284
Amortização acumulada:			
Pré-operacionais	-	(149.935)	(100.489)
Agio - Ceterp Celular S.A.	-	(25.982)	(17.555)
Fundo de comércio	-	(15.186)	(3.016)
Total	-	(180.103)	(121.060)
Total do diferido	-	268.522	282.224

(*) De acordo com os prazos contratuais.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Fornecedores	12.872	16.202	1.022.108	478.563
Retenções	-	-	58.082	48.055
Repasses SMP (a)	-	-	140.935	-
Outros	70	130	33.865	19.820
Total	12.942	16.332	1.254.990	546.438

(a) Refere-se a serviços de longa distância a serem repassados às operadoras, em função da migração para o sistema SMP (Nota 1).

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
ICMS	-	-	291.620	178.992
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.544	24.671
PIS e COFINS	-	2.540	51.637	45.829
FISTEL	-	-	73.409	6.519
FUST e FUNTEL	-	-	3.902	2.588
Outros impostos, taxas e contribuições	644	798	13.079	1.841
Total	644	3.338	437.141	260.444
Circulante	644	3.338	254.378	141.720
Longo prazo	-	-	182.813	118.720

Da parcela do longo prazo: (a) R\$ 155.149 refere-se ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, relativo a postergação do pagamento de ICMS. Este convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorrerá sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado, entre outros benefícios e (b) R\$ 9,772 refere-se ao ICMS - Programa Teleprodruz, decorrente do convênio com o Governo do Estado de Goiás, relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este convênio estabelece que o ICMS apurado, será pago em 84 parcelas mensais, com carência de 12 meses da data de encerramento da utilização do crédito.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Composição da dívida

Descrição	Moeda	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Instituições financeiras:						
Finimp com assunção de dívida	US\$	4,78% a 14,06%	44.538	-	105.880	-
Compor	US\$	15% a 25,9% a.a.	-	-	18.818	57.560
BNDES	RS	TJLP+3,5% a 4% a.a. (*)	-	-	635.670	605.020
BNDES	UMBND	3,5% a.a. a 3,6% a.a.	-	-	78.625	93.677
Giro	RS	110% a 118% do CDI	-	410.000	-	427.000
Resolução 63 e 2770	US\$	3% a 16,83% a.a.	1.420.422	268.956	1.615.545	371.547
Resolução 63	Y	1,3% a.a.	306.927	-	306.927	-
Export Development Corporation - EDC	US\$	3,90% a 5,0% a.a. + Libor	-	-	125.509	-
Floating Rate Notes	US\$	6,75% a.a. + Euribor	433.380	-	433.380	-
Debentures	RS	104,6% do CDI	506.750	-	506.750	-
Assunção de dívida	US\$	Libor + 2% a 7% a.a.	-	-	29.705	-
Fornecedores:						
NEC do Brasil	US\$	7,30% a.a.	-	-	15.657	28.721
Partes relacionadas:						
Comercial Paper	US\$	9,5% a.a.	-	-	346.704	423.996
Resolução 4131	US\$	7,0% a.a. + Euribor	-	-	164.959	-
Resolução 4131	US\$	13,25% a.a.	-	-	260.028	706.660
Floating Rate Notes	€	7,0% a.a. + Euribor	1.518.830	1.539.886	1.518.830	1.539.886
Aquisição de investimento - TCO	RS	2 a 4,5% a.a. + 108% a 110% do CDI	149.858	-	149.858	-
Outros	RS	Coluna 2 FGV	85.466	19.607	129.461	41.775
Total			4.466.171	2.238.449	6.279.192	4.460.801
Circulante			2.999.963	698.563	3.993.316	2.068.070
Longo prazo			1.466.208	1.539.886	2.285.876	2.392.731

(*) Caso a TJLP seja superior a 10% a.a., o spread será de 6% a.a.

b. Cronograma de pagamento

	31.12.03	
	Controladora	Consolidado
2005	959.458	1.273.900
2006	-	151.973
2007	-	856.407
2008	-	506.750
Total	1.466.208	2.285.876

c. Cláusulas restritivas

A TCO possui empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo saldo em 31 de dezembro de 2003 era de R\$ 263.332. Nesta mesma data, diversos índices econômicos e financeiros previstos em contrato não foram atingidos pela controlada "GT". Nenhum ajuste referente a este assunto foi contabilizado pela controlada "GT" ou pela "TCP", já que foi obtido "waiver" por não cumprimento de tais obrigações até 31 de dezembro de 2004.

A "TCO" possui empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Export Development Corporation (EDC), cujos saldos em 31 de dezembro de 2003 eram de R\$ 187.054 e R\$ 125.509, respectivamente. Nesta mesma data, os diversos índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos pela controlada "TCO".

d. Cobertura
Em 31 de dezembro de 2003, a Sociedade e suas controladas possuem posições de "hedge" cambial de US\$ 1.129.314 mil, Y 1.363.024 mil e € 438.050 mil, para cobertura do total de suas obrigações cambiais e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2003, a Sociedade e suas controladas tinham registrado um ganho líquido acumulado de R\$ 1.002.776 (ganho de R\$ 1.670.929 em 31 de dezembro de 2002) nestas operações de "hedge" cambial representado por um saldo no ativo de R\$ 1.365.289 (R\$ 1.754.112 em 31 de dezembro de 2002), sendo R\$ 912.612 (R\$ 15.870 em 31 de dezembro de 2002) no curto prazo e R\$ 452.677 (R\$ 1.738.242 em 31 de dezembro de 2002) no longo prazo e um saldo de passivo de curto prazo de R\$ 322.854 (R\$ 83.183 em 31 de dezembro de 2002) e de longo prazo de R\$ 39.659.

e. Garantias
Empréstimos e financiamentos da "TC", em moeda local, no valor de R\$ 270.424 representam financiamentos junto ao BNDES e estão garantidos por contas a receber. Empréstimos e financiamentos da "GT", em moeda local, no valor de R\$ 263.352 representam financiamentos garantidos por penhor de contas a receber, dos quais podem ser retirados até o limite de 140% da parcela mensal e com aval da "TC".

f. Bancos
BNDES Operadoras TCO Em caso de inadimplência, 15% dos recebíveis e CDB são caucionados ao valor da próxima parcela a vencer. BNDES NBT Em caso de inadimplência, 100% dos recebíveis e CDB são caucionados pelo valor equivalente a próxima parcela a vencer durante o primeiro ano e duas parcelas a vencer no período restante.

g. EDC
Demais empréstimos e financiamentos Aval da TCO e demais controladas.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	31.12.03	31.12.02
Prêmio na venda de opção de compra (a)	8.959	19.910
Custo da rede e bônus clientes	10.108	48.980
Provisão programa de fidelização (c)	8.494	6.241
Obrigações com clientes	10.108	118
Outras	546	329
Total	28.107	75.478
Circulante	27.561	67.499
Longo prazo	546	7.979

a. Em 2000, a "TC" vendeu opções de compra no montante de US\$ 300.000.000 ao preço de R\$ 2,25 para US\$ 1,00, com vencimento em 24 de setembro de 2004. O prêmio recebido por tais opções está sendo apropriado na demonstração do resultado conforme o regime de competência, de acordo com o prazo de vigência dos contratos. b. Obrigações relativas aos bônus de serviços pré-pagos concedidos aos clientes. c. A "GT" e "TCO" possuem programas de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos que podem ser resgatados pelos clientes sob a forma de prêmios (aparelhos, minutos de conversação, pontos no programa de fidelidade TAM e outros). A validade dos pontos é de 24 meses. Os pontos acumulados são provisionados à medida que são obtidos e considerando a expectativa de resgate com base no perfil de consumo dos clientes cadastrados. A provisão é reduzida quando do resgate dos pontos.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A controladora e suas controladas possuem contingências administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável. A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Tributárias	51.082	-	147.921	110.779
TELEBRAS - TCO	-	-	94.931	-
Trabalhistas e cíveis	-	-	36.975	26.086
Total	51.082	-	279.827	136.865
Circulante	51.082	-	126.145	36.590
Longo prazo	-	-	153.482	100.275

17.1. Processos tributários

a. ICMS

As controladas "GT" e "TCO", com base na opinião de seus assessores legais, provisionaram o montante de R\$ 16.851, sendo R\$ 15.195 da "GT" e R\$ 1.656 da "TCO", em 31 de dezembro de 2003, referente a autuações fiscais de ICMS.

b. COFINS

A controlada "TC" foi autuada por ter efetuado compensação da COFINS, nos meses de janeiro e fevereiro de 2000, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS recolhida no ano de 1999, após compensação com a CSLI. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2003 foi de R\$ 23.276 (R\$ 20.280 em 31 de dezembro de 2002).

c. PIS e COFINS

Em 27 de novembro de 1998 o cálculo do PIS e COFINS foi alterado pela Lei nº 9.718, a qual (i) aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3%, (ii) autorizou a dedução de até 1/3 do montante da COFINS do montante da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLI e também (iii) aumentou indiretamente a COFINS e o PIS devidos pelas subsidiárias, determinando a inclusão das receitas excedentes ao faturamento em suas bases de cálculo. Segundo nossos assessores legais, esse aumento é inconstitucional, pois: (i) o artigo 195 da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor por ocasião da publicação da Lei nº 9.718, estabelece que o PIS e o COFINS incidirão apenas sobre folhas de pagamento, faturamento e lucros; (ii) o Governo Federal utilizou meio inadequado para o aumento da COFINS e do PIS, lei ordinária ao invés de lei complementar; (iii) não foi observado o prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação da lei, para sua vigência.

A "TCP" e a controlada "TC" obtiveram decisões judiciais autorizando a exclusão das receitas excedentes ao faturamento das bases de cálculo do PIS e da COFINS, bem como autorizando que o recolhimento da COFINS permanecesse sendo efetuado com alíquota de 2% (dois por cento). Estas decisões, contudo, ainda não transitaram em julgado.

Após a decisão favorável em 1ª instância, a "TCP" e a "TC", por cautela, permaneceram efetuando o recolhimento da COFINS com alíquota de 3%, logo, em relação a essa parte, não haverá necessidade de novos desembolsos.

Com relação às receitas excedentes ao faturamento, a Administração efetuou o provisionamento dos respectivos valores, que correspondem a R\$ 51.082 na "TCP" e R\$ 46.803 na "TC".

A "TCO" também impetrou mandado de segurança questionando a legitimidade das exigências contidas na Lei nº 9.718/98, sendo que, com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito, os valores apurados foram provisionados e depositados judicialmente, totalizando a importância aproximada de R\$ 9.709, logo, não haverá necessidade de novos desembolsos.

A "GT" também questionou a modificação introduzida pela Lei nº 9.718/98, mas, não tendo obtido a liminar, tem realizado o depósito judicial dos valores correspondentes.

Tendo em vista as alterações introduzidas pela Lei nº 10.637/02, a controladora e as controladas, a partir de dezembro de 2002, passaram a incluir as receitas excedentes ao faturamento na base de cálculo do PIS.

17.1.2. Perda possível

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material diverso sobre sua condição financeira e, portanto, não constituiu provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2003.

a. ICMS sobre serviços complementares

As controladas "GT" e "TCO" receberam autuações fiscais que totalizam R\$ 1.920, cujos objetos são: (i) R\$ 1.119 - ICMS sobre serviços complementares; (ii) R\$ 801 - referente a diversas autuações de ICMS.

b. ISS

A controlada "GT" recebeu autuações fiscais que totalizam R\$ 110, cujos objetos são: (i) R\$ 101 - ISS sobre adicional por chamada; (ii) R\$ 9 - ISS sobre serviços diversos.

Suposto débito tributário referente ao período de outubro de 2000 a maio de 2002, decorrente do não recolhimento do ISS sobre a receita de diversos serviços prestados pela NBT (Roraima). O valor do suposto débito é de R\$ 452.

17.1.3. Perda remota

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material diverso sobre sua condição financeira e, portanto, não constituiu provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2003.

a. ICMS

a.1. ICMS sobre habilitações

Em junho de 1998, foi aprovado, no âmbito do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o Convênio ICMS nº 69/98, que, dentre outras coisas, determinou que a partir de 1º de julho de 1998 os valores cobrados a título de habilitação fossem incluídos na base de cálculo do ICMS. Supostamente, por ter caráter meramente interpretativo, o referido Convênio também estabeleceu que essa exigência poderia ser aplicada retroativamente aos serviços de habilitação prestados nos cinco anos anteriores a 30 de junho de 1998.

Com base no entendimento dos seus consultores jurídicos externos, a Administração das Sociedades entende que essa exigência é inconstitucional, pois a hipótese de incidência do ICMS foi estendida a atividades meramente administrativas, que não se confundem com os serviços de telecomunicações propriamente ditos. Além disso, a criação de novas hipóteses de incidência ou a alteração da metodologia de cálculo que implique em aumento da carga tributária não poderiam ser aplicadas a fatos ocorridos antes de sua vigência.

A Administração acredita que as sociedades antecessoras de suas controladas sejam responsáveis por quaisquer obrigações tributárias resultantes da aplicação retroativa do ICMS sobre as receitas de habilitação contabilizadas em períodos anteriores a 1998. Não foi efetuada nenhuma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas para os períodos anteriores a 1998.

A "TC" e as empresas controladas pela "TCO" propuseram ações judiciais em face dos Estados em que estão localizadas, visando a obtenção de decisões contra a aplicação retroativa e futura do ICMS sobre a habilitação.

No caso da "TC", o processo encontra-se aguardando decisão em 2ª instância judicial, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Informadas com essa exigência, as controladas ajustaram ações questionando a legitimidade de sua cobrança. Com relação às controladas da "TCO", os processos também encontram-se aguardando a prolação de decisões pelos Tribunais Superiores, sendo que, com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário, os valores por elas apurados foram depositados judicialmente, totalizando a importância aproximada de R\$ 2.200.

A Administração, substanciada na opinião de seus consultores legais, entende como remotas as possibilidades de incorrerem em perdas decorrentes desse assunto e, sendo assim, a "TC" e as operadoras controladas pela "TCO" efetuaram a reversão dos valores provisionados nos montantes de R\$ 69.853 e R\$ 4.925, respectivamente.

b. ISS

Tata se de autuação lavrada pelo Município de Aracatuba contra a "TC", na qual é exigido o pagamento de ISS sobre a assinatura do serviço de telecomunicações, a qual, no entendimento do Município, é uma espécie do gênero "serviços de conserto ou restauração".

O processo encontra-se em sua fase inicial, não tendo sido proferida qualquer decisão desfavorável em relação à "TC".

17.2. TELEBRÁS - TCO

Correspondem, aos empréstimos originais com a Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, que de acordo com o anexo II do Laudo de Cisão de 28 de fevereiro de 1998, aprovado na Assembleia Geral de maio de 1998 e na opinião da Administração da "TCO", deveriam ser atribuídos à respectiva holding controladora da Telegóias e Telesbrasil Celular S.A.

A Administração da "TCO", entendendo que houve falha na alocação dos respectivos empréstimos quanto ao cisão, suspendeu o fluxo de pagamento posteriormente à mudança de controle, a qual atuava por IGP-M acrescido de 6% de juros ao ano.

Em junho de



Telesp Celular Participações S.A.

CNPJ 02.558.074/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS de 31 de dezembro de 2003 e 2002 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

f. Despesa prevista para 2004

	31.12.03			
	TCP Prev	PAMA	PBS	PBS-A
Custo do serviço	240	6	5	-
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	175	96	894	631
Rendimento esperado dos ativos	(218)	(53)	(1.000)	(760)
Contribuição dos empregados	(2.289)	-	(2)	-
Total	(2.092)	49	(103)	(129)

a. Conciliação dos ativos e passivos

	31.12.03			
	TCP Prev	PAMA (i)	PBS-TCO (ii)	PBS-A (ii)
Total do passivo atuarial	36.143	778	1.737	3.053
Valor justo dos ativos	(33.672)	(439)	(1.884)	(3.647)
Passivo (ativo) líquido	2.471	339	(147)	(594)

	31.12.02			
	TCP Prev	PAMA (i)	PBS-TCO (ii)	PBS-A (ii)
Total do passivo atuarial	31.505	656	826	2.524
Valor justo dos ativos	(25.225)	(291)	(2.660)	(3.153)
Ajuste para diferimento permitido - ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas	(5.897)	(292)	1.446	440
Passivo (ativo) líquido	383	73	(388)	(189)

(i) Refere-se à participação proporcional da Sociedade nos ativos e passivos dos planos multipatrocinados - PAMA e PBS-A.

(ii) Embora o PBS e PBS-A estejam superavitários em 31 de dezembro de 2003, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da impossibilidade legal de reembolso desse superávit, além do fato destes serem planos não contributivos, o que impossibilita a redução de contribuições do patrocinador no futuro.

b. Custo do plano no exercício

	31.12.03	
	TCP Prev	PAMA
Custo do serviço corrente	1.343	5
Custo dos juros	3.536	73
Total	4.879	78

c. Movimentação do passivo atuarial líquido

	31.12.03	
	TCP Prev	PAMA
Passivo líquido em 31.12.02	383	73
Ganhos atuariais reconhecidos no exercício	(1.436)	189
Contribuições da patrocinadora no exercício	(1.355)	(1)
Custo do plano no exercício	4.879	78
Passivo líquido reconhecido no balanço	2.471	339

d. Movimentação do passivo atuarial

	31.12.03			
	TCP Prev	PAMA	PBS-TCO	PBS-A
Passivo atuarial em 31.12.02	31.505	656	826	2.524
Custo do serviço corrente	1.343	5	66	-
Juros sobre o passivo atuarial	3.536	73	91	275
Benefícios pagos no exercício	(232)	(33)	(278)	(210)
(Ganhos) perdas atuariais do exercício	(9)	77	1.032	464
Passivo atuarial em 31.12.03	36.143	778	1.737	3.053

e. Movimentação dos ativos dos planos

	31.12.03			
	TCP Prev	PAMA	PBS-TCO	PBS-A
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.02	25.225	291	2.660	3.153
Benefícios pagos no exercício	(232)	(33)	(278)	(210)
Contribuições da patrocinadora no exercício	1.355	1	4	-
Rendimentos ativos do plano no exercício	7.324	180	(502)	704
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.03	33.672	439	1.884	3.647

f. Despesa prevista para 2004

	31.12.03			
	TCP Prev	PAMA	PBS-TCO	PBS-A
Custo do serviço	1.343	5	66	-
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	3.536	73	91	275
Rendimento esperado dos ativos	(3.702)	(41)	(384)	(443)
Custo de amortizações	762	73	(123)	(68)
Contribuição dos empregados	-	-	(10)	-
Total	1.939	110	(360)	(236)

g. Premissas atuariais

	31.12.03		
	TCP Prev e TCO Prev	PAMA	PBS-A
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,30% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	11,83% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	7,10% a.a.	7,10% a.a.	7,10% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	8,15% a.a.	N/A
Taxa de crescimento dos benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	UP84	UP84	UP84
	c/1 ano de agravamento	c/1 ano de agravamento	c/1 ano de agravamento
	Mercer	Mercer	Mercer

	31.12.02		
	TCP Prev e TCO Prev	PAMA	PBS-A
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,30% a.a.	11,30% a.a.	11,30% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	14,45% a.a.	14,45% a.a.	14,45% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	8,15% a.a.	8,15% a.a.	8,15% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	10,62% a.a.	N/A
Taxa de crescimento dos benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua de mortalidade	UP84	UP84	UP84
	c/1 ano de agravamento	c/1 ano de agravamento	c/1 ano de agravamento
	Mercer	Mercer	Mercer

29. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 14 de janeiro de 2000, foi concluído o processo de reestruturação societária, no qual foi transferido o ágio pago no processo de desestatização da Sociedade para a "TC".

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das sociedades possuem contas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2003 são como segue:

	Saldos na data da incorporação		Cisão Telesp Celular		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Balanco:						
Ágio - incorporado	3.192.738	3.166.132	1.889.036	2.208.310		
Provisão incorporada	(2.127.694)	(2.088.849)	(1.246.764)	(1.479.568)		
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	1.065.044	1.077.283	642.272	728.742		
			31.12.03	31.12.02		

Resultado:

Amortização do ágio		(319.274)	(319.274)
Reversão da provisão		210.720	210.720
Crédito fiscal		108.554	108.554
Efeito no resultado		-	-

Como demonstrado, a amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das sociedades nas demonstrações financeiras, o valor líquido, que, em essência, representa o saldo do crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo como impostos diferidos (Nota 7).

30. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Durante os exercícios de 2003 e de 2002, os honorários dos administradores totalizaram R\$ 6.737 e R\$ 2.318 no consolidado e R\$ 1.603 e R\$ 163 na controladora, respectivamente, e foram apropriados como despesa.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas não consolidadas são:

a. **Comunicação via celular para longas distâncias ("roaming") e uso de rede.** - Essas transações envolvem as empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador: Telecomunicações de São Paulo S.A., Telegipe Celular S.A., Telesp Celular S.A., Teleshia Celular S.A., Telegipe Celular S.A., Celular CRT S.A. Partes dessas transações foram estabelecidas com base em contratos firmados pela TELEBRÁS com as operadoras concessionárias em período anterior à privatização sendo as condições regulamentadas pela ANATEL. Inclui serviços de atendimento de clientes da Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN em "roaming" na rede da Sociedade. A partir de 2002, a Telecomunicações de São Paulo S.A. passou a prestar serviços de longa distância às operadoras em substituição à Embratel. A partir de julho de 2003 os usuários passaram a selecionar a operadora de longa distância;

b. **Assessoria em gestão empresarial:** É devida pela Sociedade devido à prestação de serviços de assessoria de gestão empresarial pela PT SGPS, calculado com base em percentual aplicado sobre a receita líquida de serviços atualizados pela variação da moeda;

c. **Empréstimos e financiamentos:** Representam os empréstimos entre empresas pertencentes ao grupo Portugal Telecom, conforme Nota 15;

d. **Prestação de serviços corporativos:** os quais são repassados às Sociedades controladas pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;

e. **Prestação de serviços de tele-atendimento** pela Dedic aos usuários dos serviços de telecomunicações das controladas "TC" e "GT", contratado por 12 meses renováveis por igual período;

f. **Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas** pela PT Inovação.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas não consolidadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.03	31.12.02	31.12.03	31.12.02
Ativo:				
Contas a receber de serviços	-	-	179.532	6.379
Créditos com empresas do grupo	516.457	592.524	22.308	16.256
Passivo:				
Fornecedores e contas a pagar	-	-	264.905	83.198
Empréstimos e financiamentos	1.533.827	1.551.100	2.155.448	2.855.232
Obrigações com empresas do grupo	38.396	104.401	27.817	27.904

Resultado

Recitas de serviços de telecomunicações:		
CRT Celular	-	1.345
Tele Leste Celular e controladas	-	1.140
Tele Sudeste Celular e controladas	-	4.870
Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELES	-	-
Telecomunicações Móveis Nacionais - TMN	-	1.515.573
Saldo em 31 de dezembro de 2003	-	168
Saldo em 31 de dezembro de 2002	-	1.523.096
	-	1.175.480

Custos dos serviços prestados:

CRT Celular	-	(1.552)
Tele Leste Celular e controladas	-	(1.538)
Tele Sudeste Celular e controladas	-	(6.168)
Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELES	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2003	-	(214.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	-	(224.068)
	-	(198.097)

Despesas com vendas:

Dedic	-	(99.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	-	(99.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	-	(46.031)

Despesas gerais e administrativas:

Portugal Telecom, SGPS, S.A.	-	(68.280)
PT SI	-	(289)
Primesys Soluções Empresariais S.A.	-	(32.767)
PTI Brasil	-	(3.496)
PTI	-	(1.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	-	(106.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	-	(97)

Recitas financeiras:

Portugal Telecom International Finance B.V.	18.412	174.315
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	3.061	23.575
PTI Brasil	-	7.600
Global Telecom	117.359	-
Saldo em 31 de dezembro de 2003	138.832	205.490
Saldo em 31 de dezembro de 2002	3.465	596

Despesas financeiras:

Portugal Telecom International Finance B.V.	(166.341)	(258.064)
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	(2.387)	(25.996)
PTI Brasil	-	(7.216)
PT Prime Tradecom	-	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	(168.728)	(291.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	(884.063)	(1.528.800)

Recuperação de despesas com rateio

Joint Venture - Brasilcel:		
CRT Celular	-	15.888
Tele Leste Celular e controladas	-	7.468
Tele Sudeste Celular e controladas	-	31.175
Saldo em 31 de dezembro de 2003	-	54.531
Saldo em 31 de dezembro de 2002	-	7.591

Despesas com rateio Joint Venture - Brasilcel:

CRT Celular	-	(4.591)
Tele Leste Celular e controladas	-	(4.519)
Tele Sudeste Celular e controladas	-	(53.882)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	-	(62.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	-	(9.745)

32. SEGUROS

A Sociedade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2003, a Sociedade possui contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde etc. A Administração da Sociedade entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Importâncias Seguradas
Riscos Operacionais	866.760
Responsabilidade Civil Geral - RCG	6.800
Frota de veículos	400

33. PROGRAMA DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS ("ADRs")

Em 16 de novembro de 1998, a Sociedade iniciou processo de negociação de ADRs na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), que possuem as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais
- Cada ADR representa 2.500 (duas mil e quinhentas) ações preferenciais.
- As ações são negociadas sob a forma de ADRs, com o código "TCP", na Bolsa de Valores de Nova York.
- Banco depositário no exterior: The Bank of New York.
- Banco custodiante no Brasil: Banco Itau S.A.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2004, o Conselho de Administração da "TCP" aprovou a implementação do Programa de Emissão de Euro Medium Term Notes, no valor global de US\$ 500 milhões.

DIRETORIA

FRANCISCO JOSÉ AZEVEDO PADINHA Diretor Presidente	LUIS FILIPE S. CASTEL-BRANCO DE AVELAR Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação Vice-Presidente de TI e Eng ^a de Produtos e Serviços	GUILHERME SILVÉRIO PORTELA SANTOS Vice-Presidente de Clientes	REINALDO ALVES DE ARAÚJO Contador CRC ISP 146.081/0-7
FERNANDO ABELLA GARCIA Vice-Presidente Executivo de Finanças, Planej. e Controle	JAVIER RODRÍGUEZ GARCÍA Vice-Presidente de Tecnologia e Redes	JOSÉ CARLOS DE LA ROSA GUARDIOLA Vice-Presidente de Regul. e Relações Institucionais	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			CONSELHO FISCAL		
FELIX PABLO IVORRA CANO Presidente	ZEINAL ABEDIN MOHAMED BAVA Conselheiro	FERNANDO XAVIER FERREIRA Conselheiro		Membros efetivos:	SYDNEY ALBERTO LATINI JOSÉ ALBERTO B. DA CAMARA GRAÇA NORAIR FERREIRA DO CARMO
IRIARTE JOSÉ ARAÚJO ESTEVES Vice-Presidente	IGNACIO ALLER MALLO Conselheiro	EDUARDO PERESTRELO CORREIA DE MATOS Conselheiro		Membros suplentes:	NELSON JIMENES JOÃO LUIS TENREIRO BARROSO WOLNEY Q. SCHULLER CARVALHO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da **Telesp Celular Participações S.A.**, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto nos incisos II, III e VII, do artigo 163 da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, e, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu emitido em 11/02/2004, concluíram, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Sociedade e de suas controladas, pelo que, recomendam pela sua aprovação, sem ressalvas, na Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas que vier a ser realizada com este propósito nos termos da Lei das S.A.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2004

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Acionistas e Administr